

4. Base para opinião com ressalva - limitação de escopo. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº.05, o Centro mantém valores a receber referentes ao Contrato de Gestão e Contratos Administrativos que em 31 de dezembro de 2015 montavam aproximadamente R\$ 13.682 mil. Realizamos o procedimento de circularização para confirmação de saldos dos valores registrados naquela data base e obtivemos as respostas dos valores referentes ao Contrato ao Gestor. Todavia, não obtivemos todas as respostas solicitadas referentes aos contratos administrativos. Quanto ao Contrato de Gestão, o Centro não recebeu os recursos em conformidade com o cronograma estabelecido em seus termos aditivos, embora o MCTI e a FINEP tenham confirmado a emissão de notas de empenho correspondente aos valores a receber registrados no montante de R\$ 13.000 mil, não se tem a garantia do recebimento, tendo em vista que o empenho em processamento poderá sofrer alterações sendo possível, inclusive, a sua não liquidação. Nesse sentido, não foi possível mensurar os efeitos nas demonstrações financeiras do desfecho desse tema, especialmente pela proximidade do encerramento do contrato de gestão em 30/06/2016. Com relação aos contratos administrativos nossa análise ficou restrita as informações contábeis apresentadas não sendo confirmadas pela integralidade por todos os clientes, sendo assim, não foi possível mensurar a necessidade de ajuste nas demonstrações contábeis.

5. Opinião com ressalva. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para opinião com ressalva - limitação de escopo", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6. Ênfase - Chamamos à atenção para a Nota Explicativa nº 01 às demonstrações financeiras, que descreve que os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e estão atrelados ao Contrato de Gestão firmado originalmente em 16 de abril de 2002, renovado por mais um ciclo, com vigência até 30 de junho de 2016. A administração do Centro entende que todo o patrimônio da instituição é passível da restrição legal prevista na Lei das Organizações Sociais nº 9.637/98 na determinação de que, na desqualificação ou extinção de uma Organização Social todo o seu patrimônio será revertido ao órgão fomentador ou para instituição similar, no entanto, esta poderá gerir os seus recursos aplicando-os nos seus objetivos sociais. Nesse contexto, o Centro faz a gestão dos recursos oriundos do contrato de gestão e depende operacionalmente do repasse destes para continuar operando. Tendo em vista, o prazo final para o término do segundo ciclo do contrato de gestão em 30/06/2016 o Centro dependerá, para dar continuidade as suas atividades, da realização de um novo contrato de gestão. Chamamos atenção para a Nota Explicativa 15 às demonstrações financeiras que dispõe sobre o processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa ajuizado pelo Ministério Público Federal, bem como sobre os processos administrativos, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil, por descumprimento de obrigações principais e acessórias. Em 31 de dezembro de 2015, os referidos processos foram classificados pelos assessores jurídicos com possível possibilidade de perda e com valores estimados em R\$ 554 mil e R\$ 1.602 mil, respectivamente. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Brasília, 10 de fevereiro de 2016.
MRP AUDITORIA & CONSULTORIA S/S
CRC DF-001326/O-4

RICARDO DA SILVA FARIAS PASSOS
Contador CRC DF-015504/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Aos dezenove dias do mês de fevereiro de 2016, na sede do CGEE, foi realizada a quadragésima segunda (42ª) reunião ordinária do Conselho Fiscal do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos que, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame da documentação representada pelo balanço, relatórios, demonstrações financeiras, fluxo de caixa e Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Considerando o Parecer dos Auditores Independentes, bem como os esclarecimentos prestados pelo Gestor Administrativo e pela Coordenadora Financeira, os Membros do Colegiado destacam a observação no relatório apresentado pela auditoria sobre o não cumprimento do disposto na cláusula 7ª do Contrato de Gestão que trata do limite de 60% para a realização de gastos com pessoal, decorrente da não efetivação da liberação financeira dos recursos previstos no 9º Termo Aditivo ao Contrato e parte do 8º em 2015 pelo MCTI.

Diante do exposto e, tendo por base as demonstrações do CGEE e dos pareceres dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de opinião que as mesmas estão em condições de serem encaminhadas para apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

Brasília, 19 de fevereiro de 2016
LAUDIR FRANCISCO SCHMITZ
Conselheiro

ANTÔNIO ALBERTO PINHEIRO
Conselheiro

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, constituída sob a forma de Associação Civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.078, nos termos da Lei 9.637/98, com vistas ao estabelecimento de parceria para o fomento e execução de atividades na área de ciência, tecnologia e inovação. Desde 2002, o CGEE mantém Contrato de Gestão com a União, supervisionado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI. As atividades do Centro estão voltadas a subsidiar a tomada de decisão e promover a interlocução, articulação e interação entre os atores de CTI, em particular entre aqueles dos setores público e privado. A agenda de trabalho do CGEE inclui atividades que são, de um lado, pactuadas com o Órgão Supervisor e inseridas em Plano de Ação Anual do Contrato de Gestão e, de outro, negociadas em contratos administrativos firmados com entidades públicas e privadas que atuam no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - SNCTI. Para a execução da agenda anual de trabalho, o Centro mobiliza competências institucionais e individuais identificadas no País e no exterior de acordo com cinco Linhas de Ação: (1) Estudos, Análises e Avaliações; (2) Articulação; (3) Apoio à Gestão Estratégica do SNCTI; (4) Disseminação de Informação em CTI; e (5) Desenvolvimento Institucional. Considerando as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Centro no ano de 2015, as metas pactuadas no 9º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão foram atingidas nas cinco Linhas de Ação conduzidas pelo CGEE, em que pese os importantes ajustes feitos no quadro de pessoal do Centro, na redução das despesas de manutenção e na prorrogação de prazos de um pequeno número de Subações, em função da indisponibilidade de recursos para conduzi-las dentro dos prazos anteriormente acordados e a descontinuidade ou cancelamento de outras, a pedido da nova administração do Órgão Supervisor.

Registra-se um importante avanço no desenvolvimento da equipe técnica do Centro, com a incorporação, nas metodologias empregadas nos seus estudos, de um conjunto importante de métodos e ferramentas de trabalho, aumentando significativamente a capacidade do Centro para a realização de trabalhos de inteligência tecnológica e antecipação de desafios a serem enfrentados pela CTI nacional. O foco em projetos de natureza estruturante, associados às Atividades constante do Plano de Ação 2015, foi fundamental para que esse progresso fosse obtido. Dessa forma, a priorização pelo Conselho de Administração de projetos executados em 2015 deu origem a serviços e produtos disponibilizados para uso das equipes internas, mas com grande potencial de uso por equipes externas, em especial aquelas do próprio MCTI e suas Agências. Importantes trabalhos apresentaram avanços significativos no esforço despendido pelo CGEE e pelo Órgão Supervisor no estreitamento das relações do Centro com iniciativas de natureza estratégica em CTI no País, com destaque para os estudos sobre a demografia da base científica e tecnológica dos recursos humanos existentes no País e sobre a trajetória de formação destes recursos, desde a iniciação científica até o seu eventual doutoramento, em todas as áreas do conhecimento; o desenvolvimento de Indicadores de Inovação nas empresas brasileiras, a compreensão das questões estratégicas relevantes para o País em debate em fóruns internacionais sobre mudanças climáticas e desertificação e o aprimoramento de Plataformas Eletrônicas em CTI,

com destaque para a finalização da plataforma Aquarius com o uso pleno de softwares livres na sua concepção, conforme originalmente pensada. O ano de 2015 foi marcado, também, por uma substancial melhoria nos indicadores de disseminação dos conteúdos produzidos pelos trabalhos do CGEE e da relação do Centro com a mídia em geral. Foi igualmente muito bem recebida a forma de disseminação da pesquisa sobre a percepção pública da CTI junto à sociedade brasileira, feita no formato de um vídeo moderno, curto e de conteúdo denso, mas comunicado em linguagem acessível a qualquer público interessado no tema, e que teve grande repercussão na mídia de uma maneira geral. Outro destaque se refere à consolidação do Observatório de Tecnologias Espaciais, coroada com parceiros e interessados no Programa Espacial para dar a conhecer os serviços de inteligência providos de forma regular pelo observatório. Entre outros estudos finalizados ainda em 2015, destacam-se aqueles ligados à identificação de tecnologias para o desenvolvimento de cidades sustentáveis e para a reorientação da governança do antigo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA). A direção do Centro organizou um conjunto importante de reuniões com a direção e equipe técnica de várias instituições do SNCTI, com o objetivo de demonstrar a utilidade potencial dos novos métodos e ferramentas desenvolvidas. Esse roteiro de apresentações e debates incluiu: a equipe de planejamento do BNDES, a CAPES (Comissão de Avaliação da Pós-graduação e Conselho Técnico Científico - CTC), o CADE, o INMETRO, o INPI, a Presidência do CNPq e a FINEP, sempre com resultados animadores com vistas à incorporação dos produtos de inteligência estratégica em suas rotinas de trabalho. Na área de desenvolvimento Institucional, destacaram-se as ações voltadas para o aprimoramento dos indicadores de desempenho do Contrato de Gestão, pactuados no 9º Termo Aditivo, e a aprovação pelo Conselho de Administração do CGEE, das diretrizes para elaboração do Plano Diretor do Centro, cuja finalização está prevista para o início de 2016. Essas diretrizes levaram em consideração, entre outras orientações, o relatório final da Comissão Independente criada pelo Conselho, que teve o seu foco de análise voltado para a aderência dos trabalhos realizados pelo Centro em relação à sua missão institucional e para a avaliação da sua inserção no SNCTI, além de outros pontos relevantes para a sua sustentabilidade institucional. As providências tomadas pela Diretoria do Centro em atendimento às demandas oriundas dos Órgãos de Controle foram relatadas em reunião do Conselho de Administração realizada em dezembro de 2015 e detalhadas no Relatório Final do Contrato de Gestão.

Objetivando atender o disposto no § 1º do Art.12 da Portaria MCTI nº 967/2011, apresentamos os saldos acumulados do Contrato de Gestão - exercício 2015 a serem reprogramados para 2016.

| Saldos Acumulados do Contrato de Gestão - Exercício 2015 - Quadro Resumo* | |
|---|------------------------|
| Saldos de exercícios anteriores | 32.193.038,07 |
| Créditos Líquidos recebidos no exercício 2015 | 7.985.204,33 |
| Subtotal (A) | 40.178.242,40 |
| Desembolsos/Dispêndios no exercício 2015 | (30.163.569,55) |
| Subtotal (B) | (30.163.569,55) |
| Créditos a receber | 13.000.000,00 |
| Compromissos a pagar | (10.052.993,25) |
| Subtotal (C) | 2.947.006,75 |
| Total (A-B+C) | 12.961.679,60 |
| Ajuste a estorno de crédito (D) | 52.943,96 |
| Saldo a reprogramar (A-B-C+D) | 13.014.623,56 |
| Composição: | |
| Reserva Técnica | 8.954.297,69 |
| Saldo de ações a serem continuadas | 7.929.033,40 |
| Saldo de ações concluídas | (6.199.985,12) |
| Excedente financeiro a reapetuar | 2.331.277,59 |
| Total Composição Saldo | 13.014.623,56 |

*O demonstrativo detalhado é parte integrante do Relatório Final do Contrato de Gestão 2015.

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora do CGEE/OS
CRC-TO 000 625/O-4 "S" DF
CPF 768.155.871-34

MARIANO FRANCISCO LAPLANE
Presidente do CGEE/OS
CPF 096.769.418-32

EDUARDO MOACYR KRIEGER
Presidente do Conselho de Administração do CGEE/OS
CPF 015.326.428-49

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em Milhares de Reais)

| | Nota | 2015 | 2014 |
|---------------------------------|------|----------------|----------------|
| Ativo circulante | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 3 | 31.392 | 48.478 |
| Clientes | 4 | 148.363 | 156.995 |
| Estoques | 5 | 1.679 | - |
| Adiantamento de terceiros | 6 | 140 | 509 |
| Impostos e tributos a recuperar | 7 | 982 | 256 |
| Outros créditos | | 1.056 | 615 |
| | | <u>183.612</u> | <u>206.853</u> |
| Não circulante | | | |
| Depósitos judiciais | | 476 | - |

| | 8 | 19.448 | 17.305 |
|-------------|---|----------------|----------------|
| Imobilizado | | 19.924 | 17.305 |
| | | <u>203.536</u> | <u>224.158</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

| | Nota | 2015 | 2014 |
|-----------------------------|------|---------------|----------------|
| Passivo circulante | | | |
| Fornecedores | | 2.610 | 2.349 |
| Salários e encargos sociais | 9 | 16.646 | 107.036 |
| Obrigações fiscais | 10 | 497 | 10.287 |
| Provisão para contingências | 11 | 740 | 177 |
| Contrato de Gestão | 12 | 1.106 | 1.106 |
| | | <u>21.599</u> | <u>120.955</u> |
| Não circulante | | | |
| Provisão para contingências | 11 | 170 | 170 |
| | | <u>170</u> | <u>170</u> |



| | | | |
|-----------------------------------|----|----------------|----------------|
| Patrimônio Líquido | 13 | | |
| Patrimônio social - com restrição | | 10.759 | 16.398 |
| Superávit acumulado | | <u>171.008</u> | <u>86.635</u> |
| | | <u>181.767</u> | <u>103.033</u> |
| | | <u>203.536</u> | <u>224.158</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras
Demonstração do superávit
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em Milhares de Reais)

| | Nota | 2015 | 2014 |
|---|------|------------------|------------------|
| Receitas | | | |
| Receitas com restrição - Contrato de Gestão | 14 | - | 1.218 |
| Receitas sem restrição - Serviços | 14 | 392.005 | 347.079 |
| Custos | 15 | <u>(302.055)</u> | <u>(253.737)</u> |
| | | <u>89.950</u> | <u>94.560</u> |
| Despesas operacionais | | | |
| Pessoal e encargos sociais e assistenciais | | (42.376) | (4.475) |
| Utilidades e serviços | | (20.179) | (2.475) |
| Despesas gerais | | <u>(5.374)</u> | <u>(984)</u> |
| | | <u>(67.929)</u> | <u>(7.934)</u> |
| Superávit antes da receitas e despesas financeiras | | 22.021 | 86.626 |
| Despesas e receitas financeiras, líquido | | <u>(5.476)</u> | <u>9</u> |
| Superávit líquido do exercício | | 16.545 | 86.635 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em Milhares de Reais)

| | Nota | Patrimônio social | Superávit acumulado | Total do patrimônio líquido |
|--|------|-------------------|---------------------|-----------------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | | - | - | - |
| Integralização do Patrimônio Social | | 16.398 | - | 16.398 |
| Superávit do exercício | | - | 86.635 | 86.635 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | | 16.398 | 86.635 | 103.033 |
| Ajustes de integralização do patrimônio social | 13.1 | <u>(5.639)</u> | - | <u>(5.639)</u> |
| Ajustes de exercícios anteriores | 13.1 | - | 67.828 | 67.828 |
| Superávit do exercício | | - | 16.545 | 16.545 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | | 10.759 | 171.008 | 181.767 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
Demonstração do fluxo de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em Milhares de Reais)

| | 2015 | 2014 |
|---|-----------------|-----------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | |
| Superávit do exercício | 16.545 | 86.635 |
| Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais | | |
| Provisão para contingência | | |
| Baixa de ativos imobilizado | 910 | 347 |
| Ajuste de exercícios anteriores | 67.828 | - |
| Variações nos ativos | | |
| Redução de clientes | 8.632 | (156.995) |
| Aumento de estoques | <u>(1.679)</u> | - |
| Redução de adiantamento de terceiros | 369 | (509) |
| Aumento de tributos a recuperar | (726) | (256) |
| Aumento de outros créditos | (441) | (615) |
| Variações nos passivos | | |
| Aumento de fornecedores | 261 | 2.349 |
| Redução de salários e encargos sociais | (90.390) | 107.036 |
| Redução de obrigações fiscais | (9.790) | 10.287 |
| Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais | (8.481) | 48.279 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | |
| Adições de imobilizado e intangível, líquidas | <u>(8.605)</u> | <u>(17.305)</u> |
| Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos | (8.605) | (17.305) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Contrato de Gestão | - | 1.106 |
| Integralização de capital - Cessão onerosa | - | 16.398 |
| Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos | - | 17.504 |
| Aumento nas disponibilidades | (17.086) | 48.478 |
| Caixa no início do exercício | 48.478 | - |
| Caixa no final do exercício | <u>31.392</u> | <u>48.478</u> |
| Aumento nas disponibilidades | (17.086) | 48.478 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em Milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe) é uma associação civil sem fins lucrativos com sede em Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.284.407/0001-53, tendo a Ata da Assembleia de Constituição e o Estatuto registrados no 2.º Ofício de Registros de Pessoas Jurídicas de Brasília/DF, em 13 de maio de 2013, sob os números 000082416 e 000082415, respectivamente. O Estatuto, alterado e aprovado em Assembleia Geral, realizada em 8 de maio de 2014, e registrado no 2.º Ofício de Registros de Pessoas Jurídicas de Brasília/DF, em 16 de junho de 2014, sob o n.º 000087661, estabelece como finalidade e objetivos o fomento e a promoção do ensino e da pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento institucional.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras do Cebbraspe são de responsabilidade de sua Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - Resolução CFC n.º 1.409/12 (ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas formas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram embasadas em fatores objetivos e subjetivos, também com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do Cebbraspe para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram autorizadas para emissão por sua Diretoria Executiva em 22 de fevereiro de 2016.

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário.

2.2 Caixa e equivalente de caixa: referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base pro rata temporis até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: a elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do Centro use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. O Centro revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas a entidades sem fins lucrativos requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados às demonstrações financeiras e às suas notas explicativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado e intangível, provisão para contingências e recuperabilidade dos ativos. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras, e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. O Cebbraspe revisa as suas estimativas e premissas anualmente.

2.4 Instrumentos financeiros básicos: ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e como empréstimos e recebíveis. A Entidade determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo, por meio do resultado dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Organização incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Organização avalia, na data das demonstrações financeiras, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (um evento de perda incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Entidade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e incluem contas a pagar a fornecedores.

Instrumentos derivativos

A Organização não possuía, em 31 de dezembro de 2015, nenhum instrumento derivativo de qualquer natureza em aberto. A Entidade não realizou, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, nenhuma transação com instrumento financeiro derivativo de qualquer natureza.

2.5 Imobilizado: está registrado no custo, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa 8, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens. A Administração do Cebbraspe não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável do seu ativo imobilizado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado em relação ao seu uso ou à sua venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos bem como os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando é o caso.

2.6 Recursos vinculados ao Contrato de Gestão: os valores vinculados ao Contrato de Gestão são mantidos em conta bancária específica em contrapartida de conta específica no passivo. A apropriação dos valores ao resultado ocorre na proporção da execução dos respectivos valores vinculados ao Contrato de Gestão.

2.7 Passivos circulantes e não circulantes: provisões para obrigações sociais e fiscais - Constituídas e apropriadas ao resultado em regime de competência, principalmente para suprir compromissos com férias vencidas e proporcionais, encargos sociais e outras obrigações trabalhistas.

Os outros passivos - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável dos encargos e apropriações monetárias incorridas.

2.8 Provisões: são reconhecidas quando o Cebbraspe tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que seja requerida uma estimativa confiável do valor da obrigação para que a mesma possa ser liquidada. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

O Cebbraspe é parte em diversos processos judiciais e administrativos; portanto, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e quando uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.9 Apuração do Superávit e/ou (Déficit) - Receitas e Despesas: o resultado é apurado pelo regime de competência. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos sejam gerados para o Cebraspe e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida.

2.10 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seu benefício econômico futuro seja gerado em favor do Cebraspe, e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Organização possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.11 Tributação: o Cebraspe é uma associação civil sem fins lucrativos qualifica como Organização Social nos termos da Lei n.º 9.637, de 15 de maio de 1998 e tem suas atividades voltadas para o desenvolvimento educacional e de pesquisa, motivo pelo qual lhe é conferida a isenção tributária.

Caso o Cebraspe não gozasse de isenção tributária, as receitas de prestação de serviços estariam sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

| | |
|---|-------|
| Imposto Sobre Serviços - ISS | 2,00% |
| Programa de Integração Social - PIS | 0,65% |
| Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS | 3,00% |

As alíquotas do PIS e da COFINS estão com base na tributação de lucro presumido.

A tributação sobre o lucro compreenderia o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda seria computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedessem R\$ 240 mil no período de 12 meses, e a contribuição social seria computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. As inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente gerariam créditos ou débitos tributários diferidos.

2.12 Demonstração dos fluxos de caixa: a demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo do caixa e equivalentes de caixa inclui caixa em poder do Centro, depósitos bancários e aplicações financeiras.

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|---|---------------|---------------|
| Depósitos bancários à vista - sem restrição | 371 | 1.765 |
| Depósitos bancários à vista - com restrição | 6 | 6 |
| Aplicações financeiras - sem restrições | 29.675 | 45.490 |
| Aplicações financeiras - com restrições | 1.339 | 1.217 |
| | 31.392 | 48.478 |

Depósitos bancários à vista e Aplicações financeiras com restrições são recursos provenientes do Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Educação (MEC), que devem ser apresentados de forma segregada em atendimento às normas contábeis.

Todas as aplicações financeiras da Instituição possuem liquidez imediata e podem ser resgatadas, dependendo simplesmente da necessidade de caixa da Instituição, motivo pelo qual estão classificadas no ativo circulante.

A Administração do Cebraspe manteve saldo do Contrato de Gestão na aplicação financeira, com a finalidade de custear os desembolsos financeiros que serão realizados após a celebração do Contrato de Cessão Onerosa, dos bens do ativo imobilizado cedidos pela Fundação Universidade de Brasília (FUB), de acordo a cláusula quarta do referido contrato (nota explicativa n.º 12).

4 Clientes

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|----------------------|----------------|----------------|
| Duplicatas a receber | 148.363 | 156.995 |
| | 148.363 | 156.995 |

O saldo, em 31 de dezembro de 2015, é 87% proveniente das atividades relacionadas às avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) realizadas pelo Cebraspe em 2015.

5 Estoques

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--------------|--------------|------------|
| Almoxarifado | 1.679 | - |
| | 1.679 | - |

6 Adiantamento a terceiros

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|-----------------------------|------------|------------|
| Adiantamento a fornecedores | 140 | 509 |
| | 140 | 509 |

7 Impostos e tributos a recuperar

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|----------------------|------------|------------|
| PIS a recuperar | 4 | 4 |
| COFINS a recuperar | 18 | 18 |
| IRRF a recuperar | 14 | 14 |
| CSLL a recuperar | 7 | 7 |
| ISS a recuperar | 80 | - |
| IRRF retido na fonte | 859 | 213 |
| | 982 | 256 |

8 Imobilizado

O Ativo Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido dos encargos de depreciação, estando composto da seguinte forma:

| | Taxa % | 2014 | Aquisições | Baixas | Depreciação | 2015 |
|-----------------------------|--------|---------------|--------------|----------------|--------------|---------------|
| Ativo imobilizado - próprio | | | | | | |
| Móveis e Utensílios | 10% | 32 | 396 | - | (40) | 388 |
| Máquinas e equipamentos | 10% | 875 | 903 | -821 | (75) | 882 |
| Equipamentos de informática | 20% | - | 7.626 | - | (208) | 7.418 |
| | | 907 | 8.925 | (821) | (323) | 8.688 |
| Ativo imobilizado - cedido | | | | | | |
| Móveis e Utensílios | 10% | 3.087 | - | (607) | - | 2.480 |
| Máquinas e equipamentos | 10% | 3.968 | - | (1.182) | - | 2.786 |
| Equipamentos de informática | 20% | 8.975 | - | (3.756) | - | 5.219 |
| Veículos | 10% | 368 | - | (93) | - | 275 |
| | | 16.398 | - | (5.638) | - | 10.760 |
| | | 17.305 | 8.925 | (6.459) | (323) | 19.448 |

Em 17 de março de 2014, foi firmado o Contrato de Gestão entre o Cebraspe e o MEC, tendo a FUB e o Inep como intervenientes. De acordo com a cláusula quarta do referido contrato, a FUB cede onerosamente, ao Cebraspe, parte do seu ativo imobilizado necessário para o fortalecimento institucional e a realização das atividades inerentes ao Contrato de Gestão, assumindo o ônus decorrente dessa cessão, nos termos do art. 14 da Lei n.º 9.637, de 15 de maio de 1998, e do art. 4.º da Lei n.º 12.863, de 24 de setembro de 2013.

O ajuste de R\$ 5.638 no Patrimônio Social se deu pelo fato de o Centro estar em fase de negociação do contrato de Cessão Onerosa com a FUB dos itens dos ativos cedidos por esta.

9 Salários e encargos sociais

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|---------------------------------------|---------------|----------------|
| Salários e encargos a pagar - Pessoal | 4.729 | 718 |
| Servidores cedidos | 603 | - |
| Autônomos | 8.223 | 106.318 |
| Provisões trabalhistas | 3.091 | - |
| | 16.646 | 107.036 |

10 Obrigações fiscais

Referem-se basicamente aos impostos retidos na fonte de pessoas físicas e jurídica, no exercício de 2014, que apresenta um saldo, em 31 de dezembro de 2015, de R\$ 497 mil (10.287 mil em 31 de dezembro de 2014).

11 Provisão para contingência

O Cebraspe é parte em processos jurídicos ou em riscos potenciais que, na avaliação dos consultores jurídicos, levando em consideração experiência com naturezas semelhantes, foram classificadas de acordo com o risco de perda provável.

A Administração entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes para preservar o seu patrimônio, registrando o reconhecimento de provisões para perdas dos processos judiciais em 31 de dezembro de 2015, de acordo com a probabilidade de perda. Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|-------------------------------------|------------|------------|
| Provisões cíveis - curto prazo | 740 | 177 |
| Provisões trabalhista - longo prazo | 170 | 170 |
| | 910 | 347 |

12 Contrato de Gestão

O Contrato de Gestão do Cebraspe é o instrumento pelo qual o MEC, órgão supervisor do contrato, faz os repasses de recursos para o atendimento ao plano de trabalho do Cebraspe.

As entradas dos recursos do Contrato de Gestão são registradas na conta-corrente exclusiva do contrato, tendo como contrapartida uma conta específica no passivo circulante.

À medida que os projetos correlatos ao Contrato de Gestão são executados, as obrigações em circulação são baixadas, e a respectiva receita é apropriada ao resultado do exercício.

Com base no Contrato de Gestão, pactuado em 17 de março de 2014, o MEC, deverá repassar ao Cebraspe o montante de R\$ 8.135 mil, no período compreendido de 2014 a 2019. No exercício de 2014, foram repassados recursos no valor total de R\$2.324 mil, para as atividades de gestão de programas, projetos de apoio técnico e logístico para subsidiar sistemas de avaliação educacional. No exercício de 2015 não foram repassados recursos do Contrato de Gestão para o Cebraspe.

Relativamente ao Contrato de Gestão, o saldo em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 1.345 mil, de forma que a Administração do Cebraspe manteve na aplicação financeira, com a finalidade de custear os desembolsos financeiros que serão realizados após a celebração do Contrato de Cessão Onerosa, dos bens do ativo imobilizado cedidos pela FUB, de acordo a cláusula quarta do referido contrato (nota explicativa n.º 8).

13 Patrimônio Líquido

O patrimônio social foi constituído por bens da FUB, que serão cedidos ao Cebraspe para o fortalecimento institucional e a realização das atividades inerentes ao Contrato de Gestão, assumindo o ônus decorrente dessa cessão, nos termos do art. 14 da Lei n.º 9.637, de 15 de maio de 1998, e do art. 4.º da Lei n.º 12.863, de 24 de setembro de 2013.

13.1 Ajustes de exercícios anteriores

A Instituição verificou a existência de glosa no faturamento no montante de R\$ 4.556, proveniente das atividades relacionadas às avaliações do Inep.

O estorno no montante de R\$ 72.926 foi decorrente do reconhecimento em duplicidade das despesas relacionadas aos prestadores de serviços autônomos, em dezembro/2014.

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|----------------------------------|-----------------|------------|
| Glosa Faturamento | 4.556 | - |
| Serviços de autônomos e encargos | (72.926) | - |
| Outros | 541 | - |
| | (67.829) | - |



| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|------------------------|----------------|----------------|
| 14 Receitas | | |
| Receitas com restrição | - | 1.218 |
| Receita sem restrição | 392.005 | 347.079 |
| | 392.005 | 348.297 |

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|---|----------------|-----------------|
| 15 Custos e Despesas gerais e administrativas | | |
| Serviços de autônomos | -240.674 | -224.197 |
| Demais custos | -61.381 | -29.540 |
| Pessoal | -42.376 | -4.475 |
| Utilidades e serviços | -20.179 | -2.475 |
| Despesas gerais | -5.374 | -984 |
| | 369.984 | -261.671 |

16 Eventos subsequentes
A Direção do Cebraspe está trabalhando para que a revisão do planejamento estratégico estabelecido pela administração seja executado com maior transparência, eficiência, eficácia e efetividade.

Na busca das melhores práticas de gestão corporativa, a administração implementou as seguintes ações:

- ✓ Redesenho da estrutura organizacional;
- ✓ Elaboração do Plano Tático;
- ✓ Orçamento Base Zero para 2016;
- ✓ Dimensionamento da Força de Trabalho;
- ✓ Elaboração do Plano de Cargos e Salários (PCS);
- ✓ Implantação do Sistema de Gestão - (ERP SAP);
- ✓ Pesquisa de satisfação com clientes organizacionais;
- ✓ Filiação à Fundação Nacional da Qualidade;
- ✓ Adoção do Modelo de Excelência da Gestão da FNQ.

Fabiana de Moura Machado Oliveira
Contadora CRC/DF - 021.550/O-0
Paulo Henrique Portela de Carvalho
Diretor-Geral

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe)
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
Aos Administradores e Conselheiros do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE Brasília-DF

Examinamos as demonstrações financeiras do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos ("Centro"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Centro é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Centro para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Centro. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

O Centro contrata prestadores de serviços para aplicação das provas de concursos e avaliações relacionadas às suas operações. Não foi possível satisfazer-nos quanto à adequação do saldo a pagar de salários e encargos sociais e das despesas de pessoal nos montantes respectivos de R\$ 16.646 mil e R\$ 283.050 mil, em 31 de dezembro de 2015. Caso pudessemos concluir nossos testes poderíamos ter tomado conhecimento de assuntos que indicassem a necessidade de ajuste nas demonstrações contábeis.

Realizamos o procedimento de confirmação dos saldos junto as instituições financeiras, clientes e fornecedores do Centro em 31 de dezembro de 2015 e não recebemos todas as respostas solicitadas nas nossas cartas de confirmação de saldos. Não nos foi possível, nas circunstâncias, efetuarmos procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir quanto à adequação dos valores do caixa e equivalentes de caixa, clientes e fornecedores, registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O Centro não efetuou o levantamento da vida útil-econômica remanescente dos bens registrados no seu ativo imobilizado, bem como não realizou os testes de recuperabilidade daqueles ativos registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Como consequência, não foi possível formar uma opinião quanto à adequação dos valores representativos desses ativos naquela data.

Realizamos o procedimento de confirmação de contingências junto aos assessores jurídicos do Centro e recebemos as respostas da nossa solicitação com contingências trabalhistas não registradas na contabilidade do Centro. Consequentemente, o passivo não circulante foi apresentado a menor e o Patrimônio Líquido a maior, no montante de R\$ 3.027 mil.

O Centro reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, receitas no montante aproximado de R\$ 28.826 mil, referentes a prestação de serviços de competência do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Estes registros não estão de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 30 - "Receitas". Não nos foi possível, nas circunstâncias, efetuarmos procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir quanto à adequação das receitas registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Caso pudessemos concluir nossos testes poderíamos ter tomado conhecimento de assuntos que indicassem a necessidade de ajuste nas demonstrações contábeis.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 12 às demonstrações financeiras, que descreve sobre os recursos do Contrato de Gestão formalizado entre o Centro e o Ministério da Educação (MEC), órgão supervisor do contrato. O Centro não recebeu os recursos em conformidade com o cronograma estabelecido no Contrato de Gestão. Durante o exercício de 2015 todas as receitas registradas na contabilidade são oriundas de prestação de serviços prestados pelo Centro.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparabilidade, foram por nós examinadas e nosso relatório, datado de 27 de março de 2015, conteve as mesmas limitações referentes a adequação do saldo a pagar de salários e encargos sociais e das despesas de pessoal e a ausência do levantamento da vida útil-econômica remanescente dos bens registrados no seu ativo imobilizado naquela data-base.

Brasília, 19 de fevereiro de 2016.

MRP AUDITORIA & CONSULTORIA S/S
CRC DF-001326/O-4

Relatório de Execução

O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) é uma associação civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto n.º 8.078, de 19 de agosto de 2013, nos termos da Lei n.º 9.637, de 15 de maio de 1998, com o objetivo de realizar atividades de gestão de programas, projetos e apoio técnico e logístico para subsidiar sistemas de avaliação educacional. Em 2014, foi firmado Contrato de Gestão com o Ministério da Educação (MEC), com a intervenção do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e da Fundação Universidade de Brasília (FUB). Em 2015, foram realizadas diversas ações entre as equipes técnicas do Cebraspe e do Inep para definição do conjunto de ações a serem desenvolvidas no período de 2015 e 2019 no âmbito do Contrato de Gestão. O trabalho resultou na elaboração do Plano de Ação do Contrato de Gestão, o qual contemplou o conjunto de ações e os recursos financeiros necessários ao fomento destas. Em atendimento à recomendação da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão para que MEC/INEP/Cebraspe desenvolvessem proposta de indicadores de desempenho e quadro de metas, foram elaborados, em parceria entre o Cebraspe e as equipes técnicas do Inep, 22 indicadores de desempenho, agrupados em doze índices de desempenho, e as metas para o período de 2015 a 2019. Todas as atividades mencionadas resultaram na proposta do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão n.º 001/2014, a qual foi encaminhada ao Ministro de Estado da Educação, conforme Ofício Cebraspe n.º 1.385/2015. Em relação aos recursos oriundos do Contrato de Gestão no ano de 2015, não houve repasse nem utilização de recursos. O saldo em 31 de dezembro de 2015, é resultado do somatório do valor remanescente de 2014 à receita oriunda da aplicação financeira ao longo de 2015.

| Histórico dos valores do Contrato de Gestão (R\$)* | 2014 | 2015 |
|--|--------------|--------------|
| Fonte | | |
| Saldo do exercício anterior | - | 1.223.010,29 |
| Entradas | 2.324.419,20 | - |
| Saídas | 1.217.941,80 | - |
| Receita financeira líquida | 116.532,89 | 122.193,06 |
| Total | 1.223.010,29 | 1.345.203,35 |

*parte integrante do Relatório do Contrato de Gestão 2015

FABIANA DE MOURA MACHADO OLIVEIRA
Contadora
CRC/DF - 021.550/O-0

PAULO HENRIQUE PORTELA DE CARVALHO
Diretor-Geral

CLUBE CAXIENSE DE CAÇA E TIRO

CNPJ: 88666037/0001-02

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2016

ORGÃO: CLUBE CAXIENSE DE CAÇA E TIRO. MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS 001/2016. OBJETO: Contratação de empresa na modalidade de empreitada global, para execução de obra de construção da Etapa 1 da Unidade de Apoio e Treinamento do CLUBE CAXIENSE DE CAÇA E TIRO - Travessão Cremona, Capela Sta. Barbara, Próximo a Barragem Faxinal Bairro Ana Rech-Município de Caxias do Sul-RS. DATA DE ABERTURA DO EDITAL: 30/03/2016. ENDEREÇO PARA RETIDADA EDITAL: Empresa ROSSI ARQ. & URBANISMO LTDA. Rua Paul Harris, nº553 - Bairro Cinquentenário - Caxias do Sul-RS. Email: rossi01@rossiarquitetura.com.br. FONES: (54)3028.4431 - (54) 81427961

Caxias do Sul, 2 de março de 2016.
LUIZ CARLOS GASPERIN
Presidente

COMISSÃO PRÓ-FUNDAÇÃO DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FETRAMFSC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL

Pelo presente, Wilson Alves Ribeiro, brasileiro, casado, servidor público, CPF n. 500.238.969-49, R.G. n. 3223223 SSP-SC, PASEP n. 10870081389, residente e domiciliado à rua Barão do Cerro Azul n. 1214, bairro Centro, Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, Presidente da Comissão Pró-Fundação da Federação dos Servidores Públicos de Santa Catarina - FETRAMFSC, convoca todos os Conselhos de Representantes dos Sindicatos de Servidores Públicos do Estado de Santa Catarina nos termos da Lei vigente e das Portarias M.T.E. ns. 186/2008 e 326/2013, para participarem da Assembleia Geral de Fundação da Federação dos Servidores Públicos do Estado de Santa Catarina - FETRAMFSC, que se realizará no dia 16 de abril de 2016 às 10:00 hs em primeira e única convocação, na rua São Francisco de Assis, 264 Centro Angelina, SC, a fim de deliberar e discutir a seguinte ordem do dia: a) Fundação da Federação dos Servidores Públicos do Estado de Santa Catarina - FETRAMFSC, com fixação da respectiva base territorial no Estado de Santa Catarina; b) Discussão, votação e aprovação do Estatuto Social; c) Eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho de Representantes, Posse e prazo do respectivo Mandato; d) Fixação do índice, discussão sobre o valor e autorização de desconto da Contribuição Associativa; e) Filiação dos sindicatos fundadores à Fetramefsc; f) Filiação ou não à Confederação da categoria e g) Filiação ou não à Central Sindical.

Monte Castelo, 14 de março de 2016.
WILSON ALVES RIBEIRO
Presidente da Comissão Pró-Fundação

